

# Um Jornal a Serviço de Si: tradições (re)inventadas nos 100 anos da *Folha* de S. Paulo

André Bonsanto

## Resumo:

Propomos neste artigo analisar a recente campanha da *Folha de S. Paulo* “a serviço” da democracia como parte integrante de sua efeméride de 100 anos, comemorada oficialmente em fevereiro de 2021. Na ocasião, o jornal procurou se posicionar como um sujeito ativo capaz até mesmo de ensinar a seu leitorado o que foi o período da ditadura militar no Brasil, ao explorar a imagem de que (sempre) fora o “jornal das Diretas”, crítico incisivo do regime no processo de redemocratização política. Desta forma, identificamos como a efeméride foi utilizada na tentativa de legitimar a autoridade da instituição, possibilitando ao jornal atuar “a serviço de si” e, com isso, reforçar uma história particular, circunscrita por tradições (re)inventadas que têm buscado definir a sua própria identidade no tempo.

**Palavras-chave:** *Folha de S. Paulo*. Efeméride de 100 anos. Ditadura.

**A newspaper at its own service: (re)invented traditions in the 100 years of *Folha de S. Paulo***

## Abstract:

In this paper, we propose to analyze the recent *Folha de S. Paulo* campaign “in service” of democracy as a part of its 100-year anniversary, officially commemorated in February 2021. On that occasion, the newspaper sought to position itself as an active subject, capable of even teaching its readers what was the period of the military dictatorship in Brazil by exploring the image that it had (always) been the “Diretas newspaper”, an incisive criticism of the regime in the process of political redemocratization. In this way, we identified how the ephemeris was used in an attempt to legitimize the institution’s authority, enabling the newspaper to act “in its service” and, therefore, reinforce a particular story, circumscribed by (re)invented traditions that have sought to define its own identity.

**Keywords:** *Folha de S. Paulo*. 100 years ephemeris. Dictatorship.

Recebido em: 18.11.21  
Aprovado em: 05.08.22

**André Bonsanto**

Doutor em Comunicação,  
Universidade Federal Fluminense - UFF. Professor Visitante, Programa de Pós-Graduação em Comunicação, Universidade Federal de Goiás – UFG.

E-mail: andrebonsanto@gmail.com

Estudos em Jornalismo e Mídia  
v. 19, n. 2, jul./dez. 2022.  
ISSNe 1984-6924

## Introdução

"Apoio à democracia bate recorde diante do risco Bolsonaro". Com esta manchete, publicada com destaque em sua capa do dia 28 de junho de 2020, a *Folha de S. Paulo* daria início a uma ampla campanha político-editorial em defesa da democracia, indo de encontro à "vultuosa maioria" da população (75%) que àquele momento se colocava favorável ao estado democrático de direito, segundo pesquisa de seu instituto Datafolha. Era o maior índice de satisfação do brasileiro com o regime, desde que o instituto começou a aferir os dados, em 1989 (FOLHA, 2020a). Ao mesmo tempo, justificava a *Folha*, este posicionamento seria fruto de um crescente agravamento da crise política do governo Bolsonaro, que chegou a enfrentar diretamente o Congresso e o Supremo Tribunal, apoiando atos que pediam o fechamento destas instituições e insinuavam, inclusive, o uso das Forças Armadas a seu favor (FERNANDES e PUPO, 2020).

Ancorado pela legitimidade de sua pesquisa, o jornal enfatizava que estes pontuais e sistemáticos ataques à democracia só poderiam vir de "extremistas" apoiadores do governo que agiam de má fé, ou "por não terem vivido os horrores da máquina cruel que se instalou com a ditadura militar em 1964" (FOLHA, 2020b). Era urgente, portanto, voltar ao tema para "acordar os saudosistas de um mundo de fantasia" e, na tentativa de combater tão irrefreado saudosismo, a *Folha* recorreria ao seu próprio passado, buscando inspiração no "papel histórico" exercido durante a campanha das Diretas (FOLHA, 2020b). Assumia também certo reconhecimento baseado em sua aparente tradição e autoridade, lançando um extenso material jornalístico e um curso gratuito com a pretensão de *explicar* "o que foi a ditadura" para seu público. <sup>1</sup> Naquele mesmo dia, a empresa ainda mudaria seu já tradicional *slogan* "um jornal a serviço do Brasil", estampado junto à sua marca desde o início da década de 1960, para adequar-se à temática da campanha. Agora a *Folha* se declarava "um jornal a serviço da democracia", pedindo a seu leitorado que *#UseAmareloPelaDemocracia* até as próximas eleições presidenciais, em outra clara alusão ao discurso das "Diretas Já", protagonizado pelo jornal no período de redemocratização do país.

A despeito de seu incisivo posicionamento "a serviço" da democracia – uma espécie de marco regulador simbiótico do *ethos* jornalístico profissional, discurso que caminha, de modo quase a-histórico, junto às instâncias normativas de auto-legitimação da instituição (BONSANTO, 2021; GOMES, 2009; NERONE, 2012; JÁCOME, 2014) – nos cabe aqui problematizar as possíveis estratégias utilizadas pela empresa neste cenário particular. É fato que a *Folha* se tornou um reconhecido desafeto do governo Bolsonaro, tendo sido um dos principais alvos dos ataques proferidos pela maquinaria bolsonarista de (des)informação (BONSANTO, 2019a; FENAJ, 2021; FLORES, 2020; SANTOS e LEITE, 2021). Ainda que tenha assumido um posicionamento bastante crítico em relação ao seu governo,<sup>2</sup> estudos recentes têm enfatizado o papel incisivo deste mesmo jornalismo profissional como um dos agentes responsáveis pela desestabilização das instituições democráticas, exercendo significativo papel no processo que garantiu legitimidade à deposição de Dilma Rousseff em 2016, o que auxiliou (in)diretamente para a normalização e consolidação da candidatura de um líder considerado "populista" de extrema-direita ao poder no Brasil (ALBUQUERQUE, 2018; 2019; 2021; PRUDÊNCIO, RIZZOTTO, e SAMPAIO, 2018; RODRIGUES, 2018).

Neste sentido, jornais como a *Folha* – escorados por seus discursos da objetividade e do apartidarismo - sempre têm reivindicado um papel político ativo na condução dos processos democráticos, orientando as instituições a tomar os rumos "certos", capazes de garantir e preservar determinada ordem pública, ou até mesmo "corrigir" supostos desvios ao bom funcionamento do sistema (ALBU-

<sup>1</sup> Folha de S. Paulo. O que foi a Ditadura. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/poder/o-que-foi-a-ditadura/>. Acesso em: 17 novembro 2021.

<sup>2</sup> Monitoramento feito pelo "Manchetômetro" - produzido pelo Laboratório de Estudos de Mídia e Esfera Pública (LEMEP) e vinculado ao Instituto de Estudos Sociais e Políticos (IESP) da UERJ – diagnosticou que desde o início do mandato de Bolsonaro (janeiro de 2018), até o momento em que a *Folha* daria início à sua campanha (junho de 2020), foram publicados 3.514 textos opinativos diretamente relacionados à figura do presidente. Deste número, 2.461 (70%) continham críticas diretas e/ou um posicionamento contrário ao presidente, 545 (15,5%) se mostravam neutros, 372 (10,5%) ambivalentes e apenas 136 (3,87%) dos textos continham análises favoráveis à sua figura. Para mais sobre os boletins mensais do "Manchetômetro", consultar: <http://manchetometro.com.br/categoria/boletim-m/>.

QUERQUE, 2000; BONSANTO, 2019a). Foi o que ocorreu, por exemplo, quando o jornal se posicionou declaradamente a favor do golpe de 1964 que instaurou uma ditadura militar no Brasil, mas que fora representado em suas páginas, por praticamente uma década, como uma “revolução democrática” e, até muito recentemente, como uma espécie de “ditabranda” (BONSANTO, 2014).

Não à toa, quando a *Folha* pretende hoje ensinar às novas gerações o que foi a “ditadura” - um período truculento e sombrio que precisaria ser combatido -, em oposição à “democracia”, ela nada mais faz do que assumir certo protagonismo frente às leituras daquele passado, mirando um horizonte de expectativas futuras. Uma clara estratégia utilizada para (mais uma vez) ressignificar sua identidade no tempo e com isso reescrever a (sua) história sob seus próprios termos. Atuando desta forma, o jornal estaria a serviço de que? E de quem? Estar “a serviço” da democracia neste contexto nos parece uma evidente estratégia de autolegitimação do jornal, já que é na busca por reconhecimento que o jornalismo, enquanto um sujeito em comunicação, procura circunscrever sua autoridade, assumindo vieses específicos em relação a um passado-presente que se quer futuro (BONSANTO, 2017; BONSANTO e ROSSATTI, 2019).

Diante disso, este trabalho propõe investigar a campanha do jornal como parte de um movimento maior que visava demarcar seu posicionamento junto à celebração dos 100 anos da empresa, comemorada oficialmente em fevereiro de 2021. Durante as comemorações - realizada a partir de edições comemorativas, textos e campanhas pontuais que se estenderam por meses, antecedendo e indo além da efeméride em si, - procuramos perceber como a “tradicionalidade” (RICOEUR, 1997) da *Folha* foi articulada como um ritual estratégico (CONNER-TON, 1999) capaz de celebrar tradições “inventadas” (HOBSBAWN, 2008), com o intuito de reforçar e delimitar sua autoridade e uma imagem particular, entre a memória e a história (ZELIZER, 1992; KITCH, 2003; 2014). Da ditadura à democracia, a *Folha* costurou elementos que hoje podem ser considerados constitutivos da sua identidade e que são instrumentalizados visando objetivos claros no presente. Isso nos faz pensar que ela tem atuado, acima de tudo, como um sujeito “a serviço de si”, buscando se fazer reconhecida e assumindo - entre lembranças e esquecimentos - atitudes deliberadas frente à sua própria história.

### Jornais centenários, comemorações e tradições inventadas

São poucos os jornais que conquistaram a proeza de atingir e se manter centenários no Brasil, ainda mais se levarmos em conta a emergência e consolidação das mídias digitais no cenário contemporâneo. Levantamento feito por Hérica Lene (2019) aponta que, até o primeiro semestre de 2019, apenas 31 jornais nacionais conseguiram atingir a marca dos 100 anos, incluindo periódicos já extintos e aqueles que acabaram migrando integralmente para as plataformas online. Há de se considerar com isso que os centenários sejam hoje espécies sobreviventes num ambiente aparentemente hostil e pouco solidário à sua proliferação.

Por outro lado, é a demarcação da própria longevidade temporal destes jornais um atributo responsável por lhes garantir a distinção de um certo tipo de “patrimônio” cultural, capital simbólico fundamental para a manutenção de muitas empresas no mercado atual. Ainda assim, de acordo com as conclusões da autora, tudo indica que o modelo responsável pela consolidação destas empresas ao longo do século XX esteja praticamente morto. O fim do jornal como o conhecíamos será inevitável e está relativamente próximo (LENE, 2019). Diante do exposto, não queremos discutir alternativas ou realizar prognósticos sobre a possível sobrevivência do jornalismo em sua materialidade impressa. Estamos preocupados em trazer questões sobre o “papel” destes jornais, no sentido de entender de que forma eles exploram seus atributos históricos na tentativa de legitimar sua própria

autoridade e reconhecimento no, com e pelo tempo e, com isso, garantir sua permanência e atualidade, como nos parece ter feito a *Folha* em decorrência de sua mais recente efeméride.

Um estudo importante para pensar como os jornais centenários se utilizam do passado enquanto estratégia de legitimação discursiva é a tese de Matheus (2010), que em seu trabalho inventariou os modos pelos quais o jornalismo produz certos efeitos de sentido entre a história, a tradição e a memória. Analisando as edições comemorativas de 100 anos do *Jornal do Comércio*, *O Fluminense* e do *Jornal do Brasil* em diferentes cenários ao longo do século XX, a autora toma as efemérides como um momento privilegiado de autorreferenciação dos jornais, quando estes se tornam a própria notícia e passam a falar de si. Estas edições são também espaços importantes para as empresas (a)firmarem seus modos específicos de fazer jornalismo enquanto atividade essencial para a sociedade e, com isso, construir uma espécie de “exemplaridade” de seu papel. Não se trata, portanto, apenas uma questão de celebrar origens, mas de re-formular versões particulares da/sobre a história em contextos bem delimitados (MATHEUS, 2010).

Comemorações serão aqui problematizadas como rituais estratégicos capazes de re(a)presentar performaticamente os atributos de uma instituição. Como todo culto encenado, precisam se basear em uma pretensa imutabilidade, já que é pela repetição de estilos estereotipados que os ritos reivindicam sua continuidade para com o passado (CONNERTON, 1999). Há desta forma um processo de formalização do passado que as efemérides procuram reivindicar, na tentativa de regular um conjunto de práticas, valores e normas a serem reconhecidas por aqueles que as (re)produzem no presente. Neste sentido, Hobswawn (2008) acredita que o trabalho ritualístico da comemoração acaba muitas vezes por “inventar” tradições que utilizam “a história como legitimadora” de suas ações, buscando assim “estabelecer continuidade com um passado histórico apropriado” (HOBSBAWN, 2008, p. 9). Este passado, ainda que relevante para legitimar a continuidade da instituição, é utilizado de forma um tanto quanto “artificial”, uma vez que as tradições se estabelecem como “reações a situações novas que ou assumem a forma ou referência a situações anteriores, ou estabelecem seu próprio passado através da repetição quase que obrigatória” (HOBSBAWN, 2008, p. 10).

É por isso que, apesar de sua aparente imutabilidade, as tradições “inventadas” necessitam de constante adaptação para reforçar antigos atributos em condições novas, ampliando ou até mesmo ressignificando a legitimidade, o status e a posição de autoridade das instituições através do tempo. Daí resulta a importância de pensarmos “tradição” sob uma perspectiva que se porta ao devir, à dimensão do agir, e que se apresenta como uma mediação aberta, na dialética imperfeita e sempre inacabada entre os espaços de experiência e seus horizontes de expectativa (RICOEUR, 1997; KOSELLECK, 2006).

Dialogamos aqui com a “hermética da consciência histórica” ricoeuriana para pensar como a “variabilidade” da história, instrumentalizada a partir de seus usos, nos afeta enquanto sujeitos dotados de sentido.<sup>3</sup> O tempo atravessado da história, enquanto um processo de mediação, se dá assim por uma *tradicionalidade* que tensiona passado, presente e futuro e que não se dá por um intervalo morto, visto como mero depositário inerte, mas por sua “transmissão geradora de sentido” (RICOEUR, 1997). São *tradições*, portanto, estruturadas na e pela linguagem, transmitidas a partir de uma ação simbolicamente mediatizada e que nos chegam ao presente por meio das mais diversas (re)interpretações ao longo do tempo. E que, por fim e ao cabo, se constituem como *tradição*, espécie de voz que nos alcança do passado como instância legitimadora digna de sua pretensão à verdade (RICOEUR, 1997).

Problematizar as lutas por reconhecimento de uma instituição como o jornalismo levando em conta sua *tradicionalidade* historicizante é pensar, neste sentido,

<sup>3</sup> É importante pontuar que os trabalhos de Lene (2019) e Matheus (2010) citados acima também dialogam com a noção ricoeuriana. De acordo com Ricoeur (1997), ao invés de tratarmos de maneira indiscriminada “da” tradição, é preciso distinguir diferentes perspectivas que se desdobram sob as definições ampliadas de “tradicionalidade”, “tradições” e “tradição”, conforme discorreremos brevemente a seguir. Para uma análise mais detalhada sobre a questão da tradição em Ricoeur e seus possíveis diálogos com o campo da Comunicação, consultar Rêgo e Leal (2019) e Leal e Sacramento (2019).



no percurso de um sujeito que busca ser-reconhecido na e pela *tradição*, enquanto legitimadora de sua pretensa autoridade. É preciso considerar que, neste percurso, a autoridade jornalística enquanto *tradição* se configura ritualisticamente a partir de padrões articulados por sua comunidade de intérpretes, capazes de orientar determinadas práticas e as circunscrever àquilo que poderia (ou não) ser considerado o “bom” e o “verdadeiro” jornalismo. São esses padrões de autoridade, construídos e legitimados historicamente, os responsáveis por dotar o jornalismo de certa autoridade para contar as suas histórias como as “verdadeiras” histórias acerca daquilo que ocorre no mundo. Para tanto, os jornais precisam constantemente reforçar e rerepresentar suas *tradições* em contextos os mais diversos, na tentativa de se (auto)promoverem como porta-vozes legítimos dos acontecimentos que relatam (ZELIZER, 1992).

Quando um jornal como a *Folha de S. Paulo* procura contar “o que foi” o período da ditadura, enfatizando estrategicamente a sua *tradição* enquanto o “jornal das Diretas”, crítico incisivo do regime no processo de redemocratização política, o que faz a empresa é nada mais do que procurar moldar o acontecimento sob seus próprios termos, transformado a história da ditadura em uma história sobre eles mesmos. Para além de construir notícias e relatar acontecimentos, os jornais também contam (as suas) histórias sobre estes mesmos acontecimentos. Eles fazem jornalismo, mas também *falam sobre* o jornalismo que praticam, já que seus discursos de autolegitimação são fundamentais para consolidar a autoridade de uma instituição que se sente no direito de contar estas “verdadeiras” histórias (ZANDBERG, 2010).

Os momentos de efeméride, - principalmente datas redondas significativas, como no caso dos 100 anos da *Folha* - são cruciais neste sentido porque celebram uma história constituída sob o signo da tradição. E é justamente a autoridade da tradição que possibilita aos jornais associar seu próprio passado ao passado da sociedade em que estão inseridos, definindo e enquadrando traços significativos da memória nacional às suas próprias memórias e se posicionado desta forma como espécie de *fazedores de história* legítimos em determinada coletividade (KITCH, 2003). Entre a memória, a história e a tradição, o jornalismo fortalece a sua identidade e os valores da instituição que diz pertencer e representar. Na busca pelo reconhecimento do outro é que um jornal reivindica discursivamente sua autoridade: para estar a serviço de si a *Folha* precisa, acima de tudo, assumir-se incisivamente a serviço do Brasil e da democracia, mesmo que para isso tradições sejam apropriadamente “inventadas” e ressignificadas no presente de uma memória com desejo de futuro.

### As tradições (re)inventadas da Folha, entre a ditadura e a democracia

A atual democracia brasileira tem 35 anos. Mais da metade dos eleitores têm menos de 40 anos. E a *Folha* vai fazer 100 anos. Por isso, nós vimos, e nunca esqueceremos, os horrores da ditadura. E sempre defenderemos a democracia. *Folha de S. Paulo*, #UseAmarelo pela Democracia. <sup>4</sup>

A epígrafe acima reproduz na íntegra o texto da campanha de lançamento da *Folha*, mencionada brevemente na introdução deste trabalho. Como se pode perceber, o jornal evoca a autoridade de sua tradição – um sujeito centenário, mais longo que a nova república brasileira e a grande maioria dos seus eleitores e que viveu e jamais esquecerá os “horrores da ditadura” – para (a)firmar sua irrefutável posição em defesa da democracia. A ênfase no “sempre” não nos deve passar despercebida, visto que a linguagem ritualística das comemorações procura justamente manter inalterada e protegida a identidade daquele que as profere, implicando não apenas uma continuidade com o passado, mas reivindicando “expli-

<sup>4</sup> Folha de S. Paulo. Campanha #UseAmarelo pela Democracia. Grifo nosso. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=N9xdSq9HZZs>. Acesso em: 17 novembro 2021.

tamente essa mesma continuidade” (CONNERTON, 1999, p. 52).

Estamos nos referindo às tradições “inventadas”, aquelas que, conforme vimos, estabelecem continuidade com um passado histórico apropriado e/ou relevante para legitimar uma ação e posicionamento particular no presente, o que as torna de certa forma bastante artificiais (HOBSBAWN, 2008). Artificiais, pois sabemos que jornais como a *Folha* apoiaram declaradamente a ditadura por praticamente uma década, reconhecendo a legitimidade de muitas de suas políticas de governo e assumindo um papel ativo no processo de abertura política apenas tardiamente, indo de encontro aos anseios de parte da população e do próprio regime (BONSANTO, 2014; 2021). E neste embate antitético entre “ditadura” e “democracia” protagonizado pelo jornal, é preciso obviamente que se sobressaia um lado da história: a *Folha* é o “jornal das Diretas” e não o jornal que apoiou o golpe e a ditadura.

Fica evidente este posicionamento por parte da empresa logo quando a campanha é lançada. Em matéria publicada no dia 24 de junho de 2020, enfatizava que o “papel institucional de um jornal como a *Folha*” era mostrar, “de maneira didática e sem viés”, o que aconteceu naquele período. Esta não era, portanto, apenas uma campanha em defesa da democracia, mas “contra a ditadura [...] inspirada na mobilização das Diretas Já” (FOLHA, 2020c). Como parte integrante de sua estratégia político-editorial, o jornal lançou um curso especial gratuito, disponibilizado por um mês, para explicar a seus leitores “o que foi” a ditadura. O curso estava dividido em 4 aulas-módulos ministrados pelo jornalista Oscar Pilagallo<sup>5</sup>, um reconhecido representante da “comunidade interpretativa” (Zelizer, 1992) do jornal, responsável por escrever algumas obras de referência sobre a história da empresa nas últimas décadas e tendo ajudado, com isso, a legitimar parte dos *clichês historiográficos de autolegitimação* da *Folha*, conforme veremos adiante.

Não nos cabe aqui analisar em detalhes o material deste curso, mas perceber como o jornal se apropria de sua pretensa autoridade para se sentir no direito de contar “a” verdadeira história sobre aqueles idos. Quase próximo ao seu término, a *Folha* noticiava que o curso já teria atingido mais de 130 mil visualizações, enfatizando, segundo depoimento de Pilagallo, que a importância do jornal estava em seu “papel de formação, não só de informação” (FOLHA, 2020d). Em outra ocasião, o jornalista afirmou ainda que a relevância do curso se deu por “recuperar a verdade factual” daquele período, principalmente em um momento de clara proliferação de revisionismos históricos: “Há fatos que não nascem de interpretações [...]. Eles aconteceram e ponto. Houve um golpe em 64 [...] – isso é fato, não interpretação.” (FOLHA, 2021a).

Paralelamente a estas ações foi publicado, no dia 28 de junho de 2020, um caderno impresso, além de um site especial, com o objetivo de “dissecar” o período às novas gerações, mostrando os “horrores” daquele regime de exceção para que todos tivessem a consciência de que, sim, “houve ditadura” no Brasil. As matérias procuravam evidenciar as práticas de tortura sistemáticas perpetradas pelos militares, sua máquina de repressão e censura, os desaparecimentos forçados de adversários e presos políticos, bem como descortinar o “mito” de que a ditadura fora um regime sem corrupção e pretensamente democrático. (FOLHA, 2020e).<sup>6</sup>

Dentre todas estas matérias, nos parece significativo destacar o último texto que fecha o caderno. Ele fala oportunamente do próprio jornal, explorando como a campanha das “Diretas” fora um “marco para consolidação da *Folha* pós-ditadura.” Importante perceber como o texto procura construir uma relação aparentemente simbiótica entre a empresa e a nova conjuntura política que se descortinava, visto que ao abraçar o movimento pelas eleições diretas, a *Folha* não apenas dava um “passo decisivo” em seu “processo de reorientação editorial”, mas se projetava como “interlocutor dos anseios [...] pela redemocratização” (GONÇALVES, 2020).

<sup>5</sup> Para o curso, acessar: <https://oquefoiaditadura.folha.uol.com.br/>. Acesso em: 18 novembro 2021.

<sup>6</sup> Para mais, acessar o site já citado: <https://www1.folha.uol.com.br/poder/o-que-foi-a-ditadura/>.

Ao fazer isso, o jornal não está apenas ensinando a seus leitores “o que foi” o período da ditadura, mas enfatizando a importância de seu próprio jornalismo, e de sua interpretação particular sobre aquele passado, para o fortalecimento da democracia. Assim, a atuação da *Folha* como o “jornal das Diretas” acaba se tornando uma espécie de evidência histórica do passado como tradição, capaz de legitimar a autoridade institucional de seu jornalismo, sendo reatualizada em momentos oportunos para definir seu protagonismo na história (KITCH, 2013; 2014). Isso nos faz pensar que o jornalismo acaba atuando muitas vezes como um agente de “memória prospectiva”, ao se utilizar do passado a partir de momentos específicos para definir suas agendas. Uma memória prospectiva coloca o passado a serviço do presente, já que seu intuito é atuar como espécie de lembrete-compromisso, arquivado como promessa de ser utilizado para usos retrospectivos futuros. (TENENBOIM-WEINBLATT, 2011).

A utilização prospectiva das “Diretas Já” pela *Folha* procura assim enfatizar o seu papel “a serviço” da democracia, atuando como um evento “auto-icônico” que a vende como um tipo de *commodity* a ser explorada política e editorialmente para legitimar sua tradição ao longo do tempo e reescrever sua história de forma particular, quando assim lhe for conveniente.<sup>7</sup> Aqui estamos nos apropriando do conceito de “iconic event” proposto por Patricia Leavy (2007). Seu trabalho procura problematizar de que forma os eventos construídos pela mídia tem a capacidade de serem reapropriados por agendas políticas e mercadológicas que acabam por reescrever e ressignificar a história de determinados acontecimentos, atendendo com isso demandas específicas e moldando a memória coletiva das sociedades e da própria instituição que os proferem.

Desta forma, - e para combater revisionismos históricos no presente, demarcando de forma incisiva “o que foi” a ditadura - o jornal precisava se utilizar de sua própria memória para realizar um *revisionismo de si*, no intuito de desvencilhar sua imagem colaborativa com o regime. É importante frisar, no entanto, que nos últimos anos o jornal tem declarado publicamente seu “erro” por ter apoiado o golpe de 1964, como assim fizeram muitos dos jornais em contextos recentes (BONSANTO, 2021). Editorial publicado pela *Folha* na última campanha aqui analisada enfatizou novamente o equívoco por ter apoiado o regime, mas resume bem a narrativa que a empresa tem procurado construir para si sobre o período:

A censura calava a imprensa, que apoiou o novo regime num primeiro momento, caso desta *Folha*, que errou. Este jornal viu-se rapidamente engalfinhado pelo novo sistema de poder, perdendo a capacidade de reagir antes mesmo de percebê-lo. Só na década seguinte achou meios de empreender um combate, mesmo que velado e sutil, à ditadura. E, nos anos 1980, liderou na imprensa o movimento das Diretas Já, firmando-se como defensor intransigente da democracia e das liberdades individuais. (FOLHA, 2020b)

Estas linhas constituem um claro exemplo daquilo que definimos, em trabalhos anteriores, como os *clichês historiográficos de autolegitimação* do jornal (BONSANTO, 2018b; 2021), discursos simplificadores que auxiliaram a legitimar uma espécie de história oficial do jornal sobre o período e que pode ser resumida da seguinte forma: apesar de seu apoio pontual, a *Folha* logo se tornou resistente, quando não vítima da ditadura, sobrevivendo a um período truculento onde todos foram silenciados e “engalfinhados” pela censura, não podendo fazer nada a não ser calar-se, esperando o momento oportuno para (re)assumir sua “defesa intransigente” a favor da democracia. A principal função dos *clichês historiográficos* é, portanto, transformar a ditadura em um longo e tenebroso caminho das trevas, que quase chegou a apagar a luz no fim do (seu próprio) túnel (em defesa) da democracia. Seu papel de vítima-resistente negligencia deliberadamente o fato de que o jornal não fora efetivamente censurado, mas praticou uma autocensura ao mesmo tempo *conivente* ao regime e *conveniente* para si mesmo, ajudando a

<sup>7</sup> Para nos atermos a mais um exemplo, vale destacar que em agosto de 2020 um novo comercial da campanha foi lançado pelo jornal. O vídeo contava com a participação de personalidades do mundo da cultura e do jornalismo que - entrecortando cenas dos atores, com imagens das “Diretas Já” retiradas do próprio acervo do jornal - entoavam: “Amarelo, a cor que já te fez votar, agora vai ter que voltar. Amarelo, tá na hora de usar e a gente se juntar. Use amarelo, use de novo. Essa cor que marcou as Diretas Já. Use amarelo, a cor do povo, pra democracia nunca acabar. Nada pode, ninguém vai, tirar a liberdade que é de todos nós. [...] #UseAmarelo pelas diretas-já #UseAmarelo pela Democracia. Folha de S. Paulo. Pela Democracia.” Disponível em: <https://bit.ly/2SPITr8>. Acesso em: 17 novembro 2021.

legitimar seu protagonismo em presentes bem particulares.

Não é de todo errado afirmar, no entanto, que a *Folha* “sempre” defendeu a democracia. Por muito tempo o jornal definiu o golpe de 1964 em suas páginas – indo de encontro com o discurso oficial dos militares – como uma “revolução democrática”, caracterizada como um período de grande otimismo e esperança, chegando a promover campanhas cívicas para celebrar o progresso da nação àquele momento e os “nobres ideais” da Revolução. O jornal não se calou. Pelo contrário, quando preciso fez defesas intransigentes do regime contra o radicalismo dos “agitadores” e “terroristas” que ameaçavam a soberania nacional. Chegou, inclusive, a questionar e omitir a existência de presos políticos no país, anos após o decreto do AI-5, ao criticar a “distorção da verdade” proferida por aqueles que buscavam destruir a imagem do Brasil no exterior.<sup>8</sup>

Em resumo, se podemos afirmar que a *Folha* “sempre” defendeu a democracia, é porque nem sempre a ditadura foi uma ditadura para ela. Ou, para nos apropriarmos de seus próprios termos, diríamos que *quase nunca*. Basta pegarmos os “Manuais de Redação” do jornal, espécie de cartilhas produzidas para orientar seus jornalistas às boas práticas de escrita e que são utilizados como referência em várias redações jornalísticas e até mesmo nas faculdades de Comunicação do país. Sua segunda edição – “revista e ampliada” – publicada em 1987, com a ditadura já institucionalmente encerrada, afirmava de forma bastante enfática: “a palavra “ditadura” deve ser evitada. É preferível usar designações baseadas em fatos incontestáveis para caracterizar regimes autoritários” (FOLHA, 1987, p. 74). Uma década depois, em plena democracia, o “Novo Manual” do jornal ainda orientava seus profissionais a usar “com critério” o termo, para que fosse qualificado de “forma objetiva”: “Não use a expressão ditadura militar nem Revolução de 64 para designar o movimento militar ocorrido no Brasil naquele ano” (FOLHA, 1996).<sup>9</sup> É somente em 2001, na quarta edição do manual, que a empresa por fim reconhece poder usar, “em textos noticiosos, [...] a expressão ditadura militar para designar o regime que vigorou no Brasil de 1964 a 1985” (FOLHA, 2001, p. 63).

Por muito tempo, portanto, a *Folha* exigiu certos “critérios” para retratar a ditadura. Era preciso se basear sobretudo em “fatos incontestáveis” que, conforme pudemos perceber, parecem ter se movimentado um pouco no espectro de sua lógica objetivista. Para posteriormente se posicionar como um jornal “a serviço da democracia” foi preciso que a empresa desconstruísse alguns mitos que ela mesma ajudou a legitimar, desvinculando-os de sua própria história e identidade. Indo de encontro ao “professor” Pilagallo, que já ensinou mais de 100 mil pessoas sobre os “horrores” da ditadura, podemos afirmar que sim, há fatos que aconteceram e ponto: a ditadura fora de fato “branda” para a *Folha de S. Paulo* durante praticamente toda sua existência. Somente uma tradição “inventada”, instrumentalizada e manipulada por usos e abusos do passado no presente poderia ajudar o jornal a revis(it)ar esta história. É a “serviço de si” que o jornal deliberadamente lhe aciona e utiliza, mirando continuamente um horizonte de expectativas futuras que possa perpetuar sua autoridade e garantir a sobrevivência da instituição à posteridade.

### ***Folha*, 100 anos: uma história contada pela metade**

No horizonte da *Folha* estava a celebração dos seus 100 anos, que seria comemorado oficialmente pela empresa em fevereiro de 2021. Para dar conta de tamanho acontecimento o jornal publicou, em 28 de fevereiro, uma edição especial divulgada como “a maior sequência impressa de cadernos da sua história”. O suplemento de 144 páginas, repleto de anúncios, depoimentos, entrevistas e matérias históricas, fora considerado pela empresa como um “marco para o jornalismo profissional”, legitimando a importância da *Folha* num momento em que o jornalismo sofria severas críticas e ataques (FOLHA, 2021b). Deste emaranhado de

<sup>8</sup> As informações sobre o posicionamento da *Folha* ao longo da ditadura, utilizadas em especial neste parágrafo, podem ser consultadas em detalhe no capítulo 5 de nossa tese de doutorado.

<sup>9</sup> Esta edição em particular foi consultada no site do jornal, por isso a ausência de página. “*Folha de S. Paulo*. Novo Manual da Redação – 1996”. Disponível em: <https://bit.ly/3zDkZ1w>. Acesso em: 18 novembro 2021.



informações nos cabe considerar que o jornal, se autodefinindo o “mais influente do país”, apropriava-se da efeméride para enfatizar como o centenário reforçava a “credibilidade e confiança do leitor na Folha, [que o via como] inovador e tradicional na mesma medida” (FOLHA, 2021c).<sup>10</sup> A fórmula deste sucesso? Estar “convicto da solidez do terreno em que caminha”, reafirmando seu compromisso com um jornalismo profissional, crítico e apartidário, condicionado sobretudo pela “soberania” objetiva dos fatos e, editorialmente, sem “abrir mão” da democracia (FOLHA, 2021d).

Um percurso orientado pela “solidez” da tradição precisa contar com a reapropriação seletiva e contínua da história, conforme exploramos ao longo deste trabalho. Não à toa, o acontecimento das “Diretas Já”, como memória de um evento “auto-icônico” responsável por legitimar a autoridade da instituição, ressurgiu em vários momentos ao longo da efeméride. Basta aqui citarmos dois. Primeiro, como material publicitário na capa de uma edição para vender a coleção “100 anos de fotografia pelas lentes da *Folha*” (FOLHA, 2021e).<sup>11</sup> Segundo, pela matéria publicada no dia 22 de fevereiro de 2021, descrevendo mais uma vez o protagonismo do jornal no combate à ditadura (BALTHAZAR, 2021).<sup>12</sup> Em ambas as ocasiões, o acontecimento das “Diretas” pode ser visto como uma espécie de *commodity* autolegitimadora da empresa, ferramenta discursiva utilizada para reafirmar seu compromisso na defesa intransigente da democracia.

Em tese, são os mesmos atributos enfatizados pelo jornal ao longo de sua campanha, celebrados à exaustão durante a efeméride. Por isso, não cabe aqui nos atermos a ela. Basta citar que, em editorial publicado na véspera de seu aniversário, a própria *Folha* asseverou obviamente não ser mais a mesma daquele jornal de 1921. No entanto, o texto sequer menciona sua trajetória das primeiras décadas, como se buscasse esquecer um passado irrelevante e/ou que precisava ser superado, já que foi só “a partir do fim dos anos 1970 e na década seguinte que a *Folha* ganhou relevo nacional, primeiro com a abertura de suas páginas para o debate público, depois com a campanha pelas eleições diretas” (FOLHA, 2021f).

É desta época que o jornal tem procurado preservar as “diretrizes que até hoje balizam sua conduta” (FOLHA, 2021f), o que nos permite concluir que a *Folha* de 100 anos quer ser vista apenas como a *Folha* das últimas cinco décadas: aquela que tem buscado legitimar seu protagonismo no período da redemocratização do Brasil, entre fins dos anos 1970 e início dos anos 1980, sobretudo a partir da gestão de Otávio Frias Filho, responsável por implementar o conhecido “Projeto *Folha*” e balizar as premissas do jornalismo “crítico, plural e apartidário” que a empresa diz praticar com tanto afincamento e comprometimento (BONSANTO, 2021). É daí que surge, portanto, a “verdadeira” história do jornal, circunscrita em um *continuum* envolto por tradições “inventadas”, estrategicamente celebradas na e pela história, reforçando os atributos e a autoridade de uma instituição que pretende ser reconhecida como mais legítima do que as outras.

A *Folha* parece estar ciente de suas pretensas capacidades, são essas “as vantagens de um jornal centenário”: “vislumbrar a perspectiva da História”. É o que lhe incentiva a despender energias para preservar “liberdades duramente conquistadas” em sua trajetória e continuar contribuindo com o “desenvolvimento justo, democrático e solidário do Brasil.” (FOLHA, 2021f). Fato é que não devemos compactuar com esta hipótese de “filantropia gratuita” dos jornais, conforme nos alertou Charaudeau (2006, p. 59), já que as instâncias midiáticas, regidas pela lógica empresarial, atendem “a um interesse diferente do serviço da democracia.” Isso não significa que elas sejam incapazes servi-la, mas este é um trabalho que demanda “tomada de consciência” e “aceitação de limites”: “a primeira condição a atender seria a de modéstia. [Os jornais] não devem pretender ocupar o lugar da própria democracia, como o querem alguns” (CHARAUDEAU, 2006, p. 276).

Tomada de consciência e modéstia, neste caso, dizem respeito também à

<sup>10</sup> Para a matéria em sua versão digital, consultar: <https://bit.ly/2SP6gzY>. Acesso em: 18 novembro 2021.

<sup>11</sup> Aqui o jornal reproduz sua icônica capa das Diretas, publicada em 26 de janeiro de 1984, e reproduzida em diversas ocasiões como um importante artefato legitimador de seus clichês historiográficos. Para mais sobre a utilização da capa como estratégias de autolegitimação do jornal.

<sup>12</sup> Vale citar também que, “como parte das comemorações de seu centenário”, em fevereiro de 2021, o curso da *Folha* sobre “o que foi” a ditadura voltou a ser disponibilizado para o público, agora por “tempo indeterminado e sem limite de inscrições”. Para mais, consultar: <https://bit.ly/2SEe2wQ>. Acesso em: 18 novembro 2021.

própria aceitação, por parte da empresa, do papel que têm ocupado um jornal como a *Folha* na democracia brasileira, visto que ela sequer chegou a elaborar de maneira crítica e comprometida seu passado colaboracionista em relação à ditadura. Isto pode ter gerado, como bem colocam Ribeiro e Bertol (2021), uma espécie de bloqueio, recalque e até mesmo um ressentimento sobre os traumas do período. Pouco problematizada e discutida na sociedade como um todo, a ditadura tem emergido cada vez mais sob reflexos saudosistas e autoritários, ajudando a gestar fenômenos de extrema-direita como o próprio bolsonarismo, que a *Folha* diz hoje combater de maneira tão veemente, conforme alguns dados apontados na introdução parecem nos evidenciar. Elaborar o passado, desta forma, não significa libertar-se dele a partir de uma recusa que o tome como encerrado e superado. A elaboração é um trabalho político em direção ao sujeito, uma reação compreensível que demanda esclarecimento e emancipação: “O passado só estará plenamente elaborado no instante em que estiverem eliminadas as causas do que passou. O encantamento do passado pôde manter-se até hoje unicamente porque continuam existindo as suas causas” (ADORNO, 2008, p. 12).

### Referências

ADORNO, Theodor. O que significa elaborar o passado. **Primeira versão**, ano VI, nº 225, vol. XXI, jan/abr 2008.

ALBUQUERQUE, Afonso. Um outro “quarto poder”: imprensa e compromisso político no Brasil. **Contracampo**, nº 4, p. 23-57, 2000.

ALBUQUERQUE, Afonso. A comunicação política depois do golpe: notas para uma agenda de pesquisa". **Compolítica**, vol. 8, nº 2, p. 171-206, 2018.

ALBUQUERQUE, Afonso. Protecting democracy or conspiring against it? Media and politics in Latin America: A glimpse from Brazil. **Journalism**, 20(7), 906-923, 2019.

ALBUQUERQUE, Afonso. Populismo, elitismo e democracia: Reflexões a partir da Operação Lava Jato. **Mediapolis - Revista de Comunicação, Jornalismo e Espaço Público**, n. 12, p. 17-31, 20, 2021.

BALTHAZAR, Ricardo. Campanha pelas Diretas Já sintonizou Folha com anseio por mudança no fim da ditadura. **Folha de S. Paulo**, 22 fevereiro 2021. Disponível em: <https://bit.ly/3qcQ9bH> Acesso em: 18 novembro 2021.

BONSANTO, André. **O presente da memória**: uso do passado e as (re)construções de identidade da Folha de S. Paulo, entre o “golpe de 1964” e a “ditabranda”. Jundiaí: Paco Editorial, 2014.

BONSANTO, André. Percurso do reconhecimento: um caminho teórico-metodológico para pensar o jornalismo enquanto sujeito em comunicação. **Brazilian Journalism Research**, vol. 13, nº 3, p. 112-135, 2017.

BONSANTO, André. História e memória da ditadura militar em tempos de (auto) censura: o jornalismo brasileiro e seus clichês historiográficos de autolegitimação. **Parágrafo**, v. 6, n. 3, p. 77-96, set/dez. 2018.

BONSANTO, André. “Por si só esse jornal se acabou”: jornalismo profissional, política e autoridade em tempos de “pós verdade”. **Anais do 8º Compolítica**. Bra-

sília: FAC, UnB, 2019a.

BONSANTO, André. Da modernização à autoridade: a grande imprensa brasileira, entre a ditadura e a democracia – Folha de S. Paulo e O Globo, 1964-2014. **Opinião Pública**, vol. 25, nº 3. set-dez, p. 472-494, 2019b.

BONSANTO, André. **A verdade dita é dura: jornalismo, história e ditadura militar no Brasil (do golpe de 1964 à Comissão Nacional da Verdade)**. São Paulo: Editora Dialética, 2021.

BONSANTO, André; ROSSATTI, João Paulo. O imperativo egóico midiático: notas para pensar a mídia enquanto um sujeito em busca de reconhecimento. In: RÊGO, A. R. (et. al.) (org.). **Os desafios da pesquisa em história da comunicação: entre a historicidade e as lacunas da historiografia**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2019.

CHARAUDEAU, Patrick. **Discurso das mídias**. São Paulo: Contexto, 2006.

CONNERTON, Paul. **Como as sociedades recordam**. Oieras: Celta Editora, 1999.

FENAJ. **Violência contra jornalistas e liberdade de imprensa no Brasil**. Relatório 2020: Brasília: Federação Nacional dos Jornalistas – FENAJ, 2021.

FERNANDES, Talita; PUPO, Fábio. Bolsonaro volta a apoiar ato contra STF e Congresso e diz que Forças Armadas estão “ao lado do povo”. **Folha de S. Paulo**, 03 de maio de 2020. Disponível em: <https://bit.ly/3iTe7r9>. Acesso em: 17 novembro 2021.

FLORES, A. M. Ataques à imprensa no canal de Jair Bolsonaro no YouTube: um estudo no contexto da pandemia de COVID-19. **Anais do 18º Encontro Nacional de Pesquisadores em Jornalismo - SBPJOR**, virtual, 2020.

FOLHA DE S. PAULO. **Manual Geral da Redação**. 2ª ed., 1987.

FOLHA DE S. PAULO. **Manual da Redação**. São Paulo: Publifolha, 2001.

FOLHA DE S. PAULO. Apoio à democracia bate recorde diante do risco Bolsonaro. **Folha de S. Paulo**, ano 100, nº 33.324, p.1, 28 de junho de 2020a.

FOLHA DE S. PAULO. Editorial. Democracia, nunca menos. **Folha de S. Paulo**, ano 100, nº 33.324, p.1, 28 de junho de 2020b.

FOLHA DE S. PAULO. Inspirada nas Diretas Já, Folha lança campanha em defesa da democracia. **Folha de S. Paulo**, 24 junho 2020c. Disponível em: <https://bit.ly/3xz04uN>. Acesso em: 17 novembro 2021.

FOLHA DE S. PAULO. ‘O jornal atua no papel de formação, não só de informação’, diz professor de curso da Folha sobre ditadura. **Folha de S. Paulo**, 27 julho 2020d. Disponível em: <https://bit.ly/35BK6UL>. Acesso em: 18 novembro 2021.

FOLHA DE S. PAULO. Caderno especial “O que foi a ditadura”. **Folha de S. Paulo**, ano 100, nº 33.324, 28 de junho de 2020e.

FOLHA DE S. PAULO. Folha relança curso online gratuito sobre a ditadura mili-

tar. **Folha de S. Paulo**, 18 fevereiro 2021a. Disponível em: <https://bit.ly/3gNBnnt>. Acesso em: 18 novembro 2021.

FOLHA DE S. PAULO. Ao completar 100 anos, Folha publica especial com recorde de páginas e anunciantes. **Folha de S. Paulo**, 27 fevereiro 2021b. Disponível em: <https://bit.ly/3xwYGZF>. Acesso em 18 novembro 2021.

FOLHA DE S. PAULO. Caderno especial 100 anos. **Folha de S. Paulo**, ano 101, nº 33.569, capa, 28 de fevereiro de 2021c.

FOLHA DE S. PAULO. Editorial. A soberania dos fatos. **Folha de S. Paulo**, 27 fevereiro 2021d. Disponível em: <https://bit.ly/3xst3QS>. Acesso em 18 novembro 2021.

FOLHA DE S. PAULO. **Folha de S. Paulo**, ano 101, nº 33.568, capa. 27 de fevereiro de 2021e.

FOLHA DE S. PAULO. Editorial. Folha, 100. **Folha de S. Paulo**, 18 fevereiro 2021f. Disponível em: <https://bit.ly/35BIGJR>. Acesso em: 19 junho 2021.

GOMES, Wilson. **Jornalismo, fatos e interesses**: ensaios de teoria do jornalismo. Série jornalismo a rigor. V. 1. Florianópolis: Insular, 2009.

GONÇALVES, Marcos Augusto. Diretas foi marco para consolidação da Folha pós-ditadura. **Folha de S. Paulo**, 27 junho 2020. Disponível em: <https://bit.ly/3xvLh40>. Acesso em 18 novembro 2021.

HOBSBAWN, E. Introdução: a invenção das tradições. In: HOBSBAWN, E.; RANGER, T. (Orgs.) **A invenção das tradições**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2008.

JÁCOME, Phellipy. Jornalismo e autolegitimação: a historicidade dos discursos autorreferentes. **Leituras do jornalismo**. Ano 1, nº 02, julho-dezembro, 2014.

KITCH, Carolyn. Anniversary Journalism, Collective Memory, and the Cultural Authority to Tell the Story of the American Past. **The Journal of Popular Culture**, v. 36, Issue 1, 2003.

KITCH, Carolyn. Historical Authority and the “Potent Journalistic Reputation”: A Longer View of Legacy-Making in American News Media. In: ZELIZER, B.; TENENBOIM-WEINBLATT, K (Eds.) **Journalism and memory**. Basingstoke, UK: Palgrave Macmillan, 2014.

KOSELLECK, Reinhart. **Futuro passado**: contribuição à semântica dos tempos históricos. Rio de Janeiro: Contraponto: Ed. PUC-Rio, 2006.

LEAL, Bruno Souza; SACRAMENTO, Igor. A tradição como problema nos estudos de comunicação: reflexões a partir de Williams e Ricoeur. **Galáxia**, Ed. especial 1: Comunicação e Historicidades, 2019.

LEAVY, Patricia. **Iconic Events**: media, politics, and power in retelling history. Plymouth, UK: Lexington Books, 2007.

LENE, Herica. **Jornais centenários do Brasil**. Covilhã: Editora LabCom.IFP, 2019.



MATHEUS, Leticia Cantarela. **Comunicação, tempo, história.** Tecendo o cotidiano em fios jornalísticos. Tese de doutorado em Comunicação. Niterói, RJ: UFF, 2010.

NERONE, John. The historical roots of the normative model of journalism. **Journalism**, 14 (4), p. 446– 458, 2012.

PRUDÊNCIO, K.; RIZZOTTO, C.; SAMPAIO, R. C. A normalização do golpe: o esvaziamento da política na cobertura jornalística do “impeachment” de Dilma Rousseff. **Contracampo**, v. 37, n. 02, ago/nov, 2018.

RÊGO, Ana Regina; LEAL, Ranielle. Os caminhos da tradição em Ricoeur: pistas para compreensão da historicidade da Comunicação. In: RÊGO, A. R. (et. al.) (org.) **Os desafios da pesquisa em história da comunicação: entre a historicidade e as lacunas da historiografia.** Porto Alegre: EDIPUCRS, 2019.

RIBEIRO, Ana Paula Goulart; BERTOL, Rachel. Mídia e memória da ditadura brasileira: a história e os usos políticos do passado. **Rumores**, n. 29, v. 15, jan-jun 2021.

RICOEUR, Paul. **Tempo e narrativa.** Tomo III. Campinas, SP: Papyrus, 1997.

RODRIGUES, Theófilo Machado. O papel da mídia nos processos de impeachment de Dilma Rousseff (2016) e Michel Temer (2017). **Contracampo**, v. 37, n. 02, pp. 37-58, ago/nov, 2018.

SANTOS, Rafaela M.; LEITE, Silvia. P. “Toda a fonte do mal é a Folha de São Paulo”: a relação entre Bolsonaro e Folha pelas ombudsman. **Âmbitos - Revista Internacional de Comunicación**, n. 52, p. 87-101, 2021.

TENENBOIM-WEINBLATT, Keren. Journalism as an agent of prospective memory. In: NEIGER, M. (Et al.) (Eds.) **On media memory: collective memory in a new media age.** New York: Palgrave Macmillan, 2011.

ZANDBERG, Eyal. The right to tell the (right) story: journalism, authority and memory. **Media Culture Society**, v. 32 (1), p. 5-24, 2010.

ZELIZER, Barbie. **Covering the body: the Kennedy assassination, the media, and the shaping of collective memory.** Chicago & London: University of Chicago Press, 1992.